

**COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA AMAZÔNIA INTERNACIONAL:
ESTRATÉGIAS E AÇÕES NO CASO ENTRE FRANÇA E BRASIL (1996-2023)**

**CROSS-BORDER COOPERATION IN THE INTERNATIONAL AMAZON:
STRATEGIES AND ACTIONS IN THE CASE OF FRANCE AND BRAZIL (1996-
2023)**

**COOPERACION TRANSFRONTERIZA EN EL AMAZONAS INTERNACIONAL:
ESTRATEGIAS Y ACCIONES EN EL CASO ENTRE FRANCIA Y BRASIL (1996-
2023)**

Gutemberg de Vilhena Silva¹ <https://orcid.org/0000-0002-4607-8634>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o desdobramento e a evolução da cooperação transfronteiriça entre Brasil e França na região amazônica, a partir dos debates estabelecidos pelas Comissões Mistas Transfronteiriças (CMTs). A metodologia proposta para esta pesquisa é baseada na análise de conteúdo. Foram examinados os relatórios das CMTs desses países, utilizando as etapas de preparação, organização, codificação, categorização, análise e interpretação dos dados, seguindo as diretrizes de Krippendorff (2004) para garantir a validade e replicabilidade das inferências. O estudo aborda aspectos teórico-metodológicos da cooperação transfronteiriça e o papel das CMTs, fornecendo uma contextualização histórica desses mecanismos de diálogo. Em seguida, são apresentados os temas e iniciativas mais relevantes discutidos nas doze CMTs realizadas entre Brasil e França ao longo de vinte e seis anos (1997-2023). Ao analisar as propostas de políticas públicas estabelecidas pelas CMTs, conclui-se que há algumas tendências de foco estabelecidas, muitos desafios e algumas oportunidades já trabalhadas entre ambos.

Palavras-chave: Cooperação transfronteiriça. Comissões Mistas Transfronteiriças. Amazônia. Guiana Francesa. Amapá.

ABSTRACT

This article aims to analyze the evolution of cross-border cooperation between Brazil and France in the Amazon region, based on the debates established by the Cross-Border Joint Commissions (CJCs). The proposed methodology for this research is based on content analysis. The reports of the CJCs between Brazil and France will be examined, using the stages of preparation, organization, coding, categorization, analysis, and interpretation of the data, following the guidelines of Krippendorff (2004) to ensure the validity and replicability of the inferences. The study will address theoretical and

¹ Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Entre maio e setembro de 2019 esteve como pesquisador visitante na Brock University, Canadá. E-mail: gutemberg@unifap.br

methodological aspects of cross-border cooperation and the role of CJC's, providing a historical contextualization of these dialogue mechanisms. Subsequently, the most relevant themes and initiatives discussed throughout the twelve CJC's held between Brazil and France over twenty-six years (1997-2023) will be presented. By analyzing the proposed public policy initiatives established by the CJC's, it can be concluded that there are certain established focus trends, numerous challenges, and some already addressed opportunities between both countries.

Keywords: Cross-border cooperation. Cross-border Joint Committees. Amazon. French Guiana. Amapá.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar el desarrollo y la evolución de la cooperación transfronteriza entre Brasil y Francia en la región amazónica, a partir de los debates establecidos por las Comisiones Mixtas Transfronterizas (CMT). La metodología propuesta para esta investigación se basa en el análisis de contenido. Se examinaron los informes de las CMT de estos países, siguiendo las etapas de preparación, organización, codificación, categorización, análisis e interpretación de los datos, siguiendo las directrices de Krippendorff (2004) para garantizarla validez y replicabilidad de las inferencias. El estudio aborda aspectos teóricos y metodológicos de la cooperación transfronteriza y el papel de los TMC, proporcionando un contexto histórico para estos mecanismos de diálogo. A continuación, presenta los temas e iniciativas más relevantes debatidos en las doce CTM celebradas entre Brasil y Francia a lo largo de veintiséis años (1997-2023). Analizando las propuestas de políticas públicas establecidas por los TMCs, se concluye que existen algunas tendencias de enfoque establecidas, muchos desafíos y algunas oportunidades y atrabajadas entre ambos.

Palabras clave: Cooperación transfronteriza. Comisiones Mixtas transfronterizas. Amazonia. Guayana Francesa. Amapá.

INTRODUÇÃO

A geopolítica contemporânea, na sua essência, não é mais apenas a projeção de poderes soberanos em territórios geográficos, mas inclui a interação entre poder, política e o ambiente natural. Este último, e mais particularmente a biodiversidade, tornou-se um tema de crescente interesse e preocupação, não só para cientistas e conservacionistas, mas também para formuladores de políticas internacionais. Neste contexto, a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo e um ponto de biodiversidade sem paralelo, emerge como um recorte espacial regional crucial para a interação dela com a geopolítica. Este trabalho se concentrará na cooperação transfronteiriça (CT) do Brasil-França na Amazônia, envolvendo o estado brasileiro do Amapá com o território ultramarino francês da Guiana Francesa, que volta a reaparecer depois de três anos de interrupção por causa da pandemia de covid-19.

A literatura internacional frequentemente ressalta que o Brasil e a França compartilham uma fronteira significativa na Amazônia. Isso se dá devido à Guiana Francesa, uma Coletividade Territorial Francesa situada na América do Sul, que faz 730 km de fronteira com o Brasil.

O sistema regulatório e as práticas espaciais na Guiana Francesa são determinadas pela França e também pela União Europeia diferente do Amapá, estado federado do Brasil, que não tem tamanha influência de nenhum bloco regional para suas ações com seu vizinho, nem mesmo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A complexidade dessa situação já foi explorada em numerosos estudos (exemplos de SILVA; GRANGER, 2016; SILVA; GRANGER; LE TOURNEAU, 2019).

No entanto, a se entender sobre os efeitos sociais, econômicos, culturais e políticos dessa relação entre um estado do Brasil, membro do Mercosul, e um território ultramarino da França, membro da União Europeia. Uma das maneiras de se entender a CT entre tais países é a partir das propostas de políticas públicas estabelecidas pelas Comissões Mistas Transfronteiriças (CMTs) entre ambos.

É importante compreender os impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da relação entre um estado brasileiro, que é parte do Mercosul, e um território ultramarino da França, que é membro da União Europeia. Uma forma eficaz de entender essa cooperação transfronteiriça é através das políticas sugeridas pelas CMTs entre esses territórios

Neste sentido, o presente texto toma como norte a seguinte questão: *Como a cooperação transfronteiriça entre Brasil e França na Amazônia evoluiu a partir dos debates estabelecidos pelas Comissões Mistas Transfronteiriças?* A metodologia proposta para esta pesquisa está baseada na análise de conteúdo das atas das CMTs (ADAP, 1997; 1999; 2002; 2008; 2009; 2010; 2011; 2013; 2015; 2018; 2019; SEC REL INT, 2023). Krippendorff (2018) define análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas a partir de dados para o seu contexto.

Desta forma, a análise de conteúdo será empregada para examinar os relatórios das CMTs entre Brasil e França. Para desenvolver uma análise de conteúdo adequada, seguimos as seguintes etapas: Preparação; organização; codificação e categorização; análise e interpretação. Não se trata de analisar quais foram os projetos específicos, mas sim de identificar padrões e tendências que envolvam estratégias e ações de ambos os lados da fronteira.

Iniciamos o texto abordando aspectos teórico-metodológicos de CT e o papel das CMTs, desdobrando brevemente em seus aspectos históricos para, em seguida, tratar

efetivamente dos temas e das iniciativas mais relevantes ao longo das doze CMTs já realizadas entre Brasil e França para a fronteira ao longo de vinte e seis anos.

A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Reflexões sobre fronteiras políticas e derivações (zonas de fronteira, faixas de fronteira, interações transfronteiriças e diversas tipologias) estão nas bases de estudos em geografia política. Estudos de caso em trabalhos recentes analisando múltiplos aspectos de interações espaciais transfronteiriças em temas como meio ambiente, segurança internacional, bacias transfronteiriças, tipologias de interações entre outras, bem como a realização constante de encontros acadêmicos tratando da temática, mostram a sua pertinência. Um destes temas de grande interesse político-geográfico é referente à CT, ressignificada nos últimos três anos em razão da pandemia de Covid-19 (FOUCHER, 2021; VAN HAM et al., 2021; GRANGER; SILVA, 2021; MONTEIRO et al., 2020) que reacendeu luzes sobre a importância estratégica das fronteiras internacionais.

A CT é um tipo de colaboração entre autarquias locais e regionais de regiões limítrofes, ou separadas por mar, e que tem por principal objetivo a integração de regiões separadas por fronteiras nacionais que enfrentam problemas comuns e carecem de soluções compartilhadas. Ela pretende, por um lado, atenuar a ausência de quadros jurídicos e circuitos financeiros pertinentes nas zonas de fronteira; e, por outro, tornar essas áreas lugares de oportunidade e desenvolvimento regional (ver p. ex. BLATTER, 1997; MEDEIROS et al., 2022; PERKMANN; SUM, 2002).

A CT implica em uma cooperação direta em todas as áreas da vida dos cidadãos, entre as autoridades regionais e locais ao longo de uma fronteira, considerando como os seguintes elementos-chave: a) a proximidade dos cidadãos; b) o envolvimento dos políticos; c) a aplicação dos princípios de parceria e subsidiariedade, em que os níveis de atuação local e regional são os mais adequados para a gestão do processo de CT; d) a existência de estruturas conjuntas de CT, com um gabinete de gestão conjunta e um orçamento conjunto - instrumentos financeiros, técnicos e de decisão administrativa conjuntos (JAŃCZAK, 2011; WONG VILLANUEVA; KIDOKORO; SETA, 2021).

As instituições transfronteiriças não estabelecem um novo nível administrativo, mas representam estruturas-guia e pontos de referência para todas as relações transfronteiriças. Estas instituições realizam, ademais, uma parceria externo-interno: neste caso, a governança vertical – incluindo a cooperação com os estados – tem uma considerável influência sobre a

CT. Outro aspecto que se deve destacar na capacidade governamental consiste nas mudanças que devem ter as organizações públicas no contexto de redefinição de políticas e adaptação a novos processos de tomada de decisão, baixos critérios de eficácia, eficiência e efetividade em termos de gestão de políticas públicas (JAŃCZAK, 2011).

A CT é um campo de estudo dinâmico que se preocupa com a forma como as práticas sociais, tanto formais quanto informais, influenciam o desenvolvimento institucional além das fronteiras nacionais. A cooperação e interação entre diferentes regiões geográficas, especialmente aquelas divididas por fronteiras nacionais, são processos complexos que envolvem uma multiplicidade de atores, tais como entidades subnacionais, nacionais e supranacionais (PERKMANN; SUM, 2009). No contexto dessa complexa dinâmica transfronteiriça, surge o papel fundamental das CMTs.

Os atores dessas CMTs podem abranger desde governos locais e regionais, passando por agências nacionais e até organizações internacionais. Isso leva a uma maior integração e a uma coordenação mais eficaz dos esforços para lidar com questões transfronteiriças, como comércio, meio ambiente, infraestrutura, segurança e direitos humanos.

DO PASSADO AO PRESENTE: UMA ANÁLISE DAS COMISSÕES MISTAS TRANSFRONTEIRIÇAS

As CMTs têm uma história rica e significativa no contexto da cooperação e governança internacional. Elas surgiram como um mecanismo para lidar com questões multifacetadas que se estendem além das fronteiras nacionais, abrangendo áreas como meio ambiente, economia, segurança e várias outras áreas temáticas. A CMT é uma reunião na qual participam dois ou três países com o objetivo de lidar com assuntos relacionados à fronteira comum, ou seja, são partes constitutivas da CT.

Tais comissões podem receber diferentes nomes dependendo da língua, do contexto específico e dos objetivos particulares do comitê. Alguns desses termos são: *Comissão Binacional de Fronteira*; *Comissão Conjunta de Fronteira*; e *Grupo de Trabalho de Fronteira*. Embora estes termos sejam geralmente intercambiáveis, eles implicam em nuances diferentes, dependendo do contexto específico ou das responsabilidades específicas da comissão. Os objetivos das CMTs são tão variados quanto os problemas que elas buscam resolver. No entanto, existem algumas questões comuns subjacentes à maioria, tais como: facilitar a cooperação entre os países vizinhos e melhorar as relações bilaterais; e resolver

disputas e problemas que são intrinsecamente transfronteiriços, como a gestão de recursos hídricos compartilhados.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE AS COMISSÕES MISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA

A origem exata das CMTs é difícil de determinar, em razão da diversidade de formas que essas comissões podem assumir, como acima descrito, e à variabilidade de contextos em que são estabelecidas. No entanto, uma referência antiga a um conceito semelhante a uma CMT pode ser encontrada na criação da Comissão Internacional das Cataratas do Niágara, em 1909, entre os Estados Unidos e o Canadá, para resolver questões de uso de água compartilhada. Esta comissão foi estabelecida pelo "Tratado das Águas Limites" naquele ano e é considerada uma das primeiras formas de comissão de gestão de recursos transfronteiriços².

Após a Primeira Guerra Mundial a ideia de comissões mistas ganhou mais relevância. CMTs foram estabelecidas em tratados de paz para lidar com questões de fronteira e minorias étnicas. Por exemplo, a Liga das Nações, criada em 1920, tinha comissões dedicadas para tratar dessas questões (WALTERS, 1952). Durante a Guerra Fria, a ideia de CMTs foi muitas vezes aplicada em contextos onde a cooperação era difícil devido às tensões geopolíticas. Por exemplo, a Comissão Internacional de Controle e Supervisão (ICCS) foi estabelecida durante a Guerra do Vietnã para monitorar o cessar-fogo (GADDIS, 2005; ISAACS, 1973). No período pós-Guerra Fria, as CMTs começaram a lidar com uma gama mais ampla de temas, incluindo questões ambientais, de saúde, segurança, desenvolvimento econômico e direitos humanos (HAASS, 2008).

Ao longo do século XX e início do século XXI, diversas CMTs foram estabelecidas ao redor do mundo, cada uma com sua própria estrutura, mandato e área de atuação. A CMT entre Peru e Equador, embora estabelecida na sequência do Protocolo do Rio, de 1942, que resolveu a disputa de fronteira entre os dois países, teve um marco crucial em 1998 com a assinatura do "Acordo de Paz de Brasília", que pôs fim a um conflito armado entre os dois países. Desde então, a comissão tem desempenhado um papel importante na promoção da paz e da CT (BIATO, 2016).

² Ver <https://www.ijc.org/en/boundary-waters-treaty-1909>.

A CMT entre Brasil e Uruguai tem uma longa história de cooperação em questões como a proteção ambiental, saúde, segurança e educação. Um marco importante foi a assinatura, em 2015, de um acordo para criar um sistema integrado de vigilância da saúde em áreas de fronteira (FAGUNDES et al., 2018). Este acordo foi um passo importante para promover a saúde e prevenir doenças transmissíveis em regiões fronteiriças.

Esses exemplos ilustram o papel crucial das CMTs na promoção da cooperação, da paz e do bem-estar nas regiões de fronteira. Ao mesmo tempo, destacam os desafios que as CMTs enfrentam, como a necessidade de superar histórias de conflitos e disputas, e a complexidade de coordenar políticas e práticas entre diferentes jurisdições.

EXAMINANDO AS REUNIÕES DA COMISSÃO MISTA TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE FRANÇA E BRASIL: ESTRATÉGIAS E AÇÕES

A CMT Brasil-França foi estabelecida conforme o Acordo Quadro de Cooperação entre os dois países em 1996. O artigo 6º deste acordo destaca o compromisso do Brasil e da França em fortalecer a CT. As reuniões da Comissão contam com a participação de diplomatas, técnicos nacionais e locais, e políticos dos dois países, que negociam as melhores iniciativas para o que julgam fortalecer as interações transfronteiriças reduzindo problemas que afetam a zona de fronteira.

As CMTs abordaram uma série de temas ao longo das suas doze edições. Quatro foram consistentes em todas as CMTs: infraestrutura, circulação, comércio e migrações. A partir da segunda CMT (ADAP, 1999), três novos temas entraram em pauta: educação, cultura e segurança internacional. Na terceira CMT (ADAP, 2002) e nas seguintes, surgiram novidades como meio ambiente, turismo e ciência, tecnologia e informação (CT&I), que se tornaram temas-chave. Na quarta CMT (ADAP, 2008), agricultura e saúde foram incluídas como temas específicos, embora a saúde tenha sido mencionada anteriormente dentro do contexto de CT & I. Na quinta CMT (ADAP, 2009), o tema da defesa civil foi adicionado às discussões. E, finalmente, na sexta CMT (ADAP, 2010), a cooperação judiciária entrou na pauta de debates.

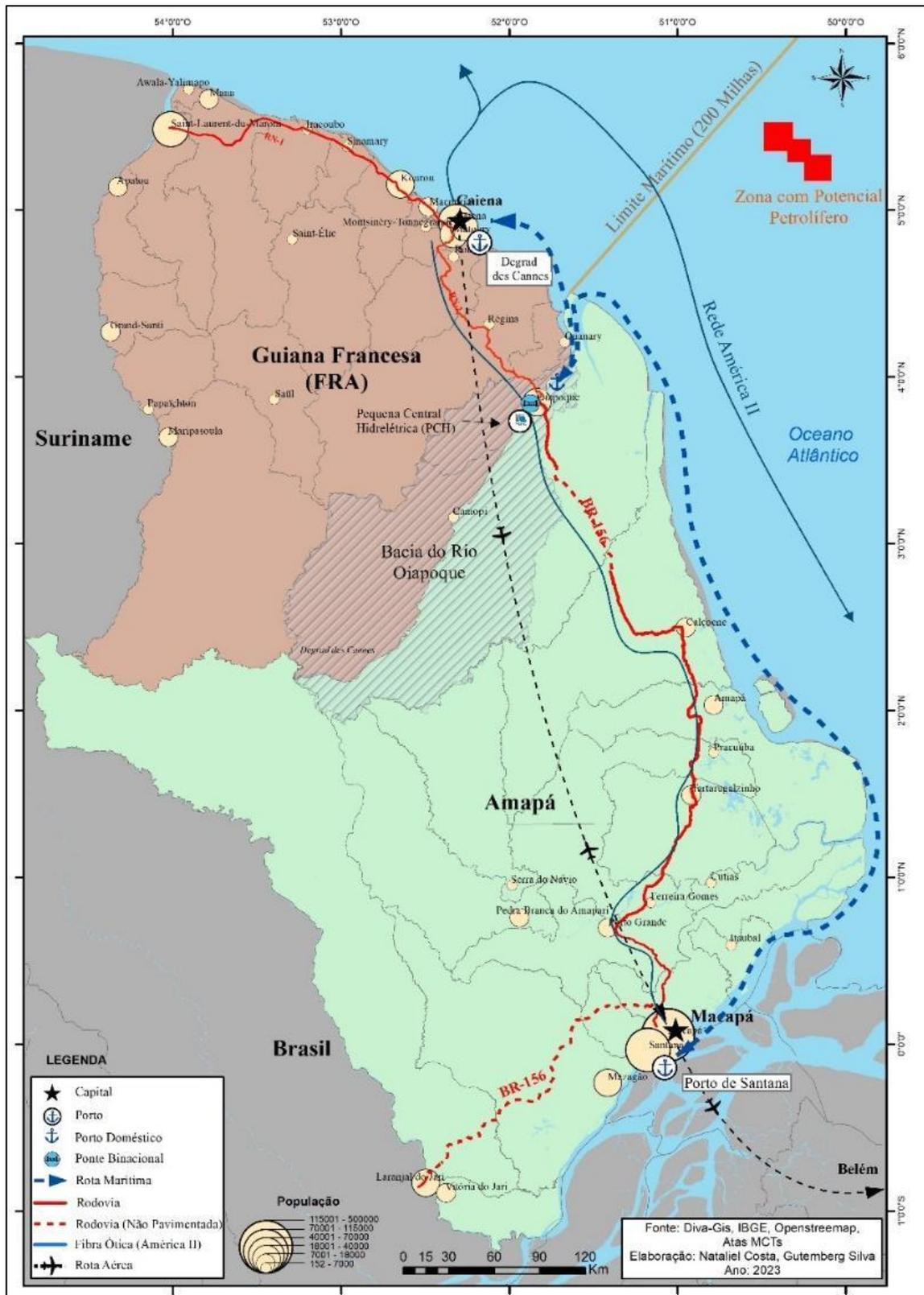
Diversos autores têm debatido os resultados concretos para temas específicos tratados nas CMTs. Destes, destacamos os seguintes: Gomes et al. (2020); Granger; Silva (2021); Porto; Superti; Silva (2013); Silva; Silva (2020); Silva (2013, 2016); Silva; Granger (2016); Silva; Granger; Le Tourneau (2019); Silva; Pereira Filho (2016). A Lista acima obviamente

não é extensa, mas representativa dos principais temas e ações efetivadas no âmbito da CT entre Brasil e França.

INFRAESTRUTURA

O tema infraestrutura foi um dos mais importantes nas reuniões das CMTs. Por sua complexidade, categorizamos em: para circulação; energética, portuária e comunicação. A partir das atas e dos debates recentes sobre exploração do petróleo na costa amapaense fizemos a fig. 1, uma síntese das iniciativas pensadas e algumas concluídas, total ou parcialmente, para a ‘armadura do território’ considerando as ações de infraestrutura.

Figura 1 – Sistema de engenharia projetado/concretizado ao longo das CMTs (1997-2023)



Fonte: Autor, 2023.

Infraestrutura para circulação

A temática da circulação tem consistentemente dominado a agenda das reuniões das CMTs, e não foi diferente no último encontro ocorrido em 2023. Dentre os tópicos discutidos, a finalização das obras na **rodovia BR-156** (fig. 2), que se estende de Macapá a Oiapoque, foram destacadas como vitais para a eficiência do trânsito terrestre entre as capitais do Amapá e da Guiana Francesa. Inaugurada em 2003, a rodovia RN2 tem desempenhado um papel crucial no fortalecimento do transporte e da conexão entre as cidades de Regina e Saint-Georges.

Figura 2 – Placa indicando a pavimentação de trecho da BR 156, sentido Macapá-Oiapoque



Fonte: Autor, 2023.

A rodovia BR-156, a despeito de seu potencial estratégico para o transporte, ainda enfrenta desafios substanciais. Uma extensão de 100 km no município de Oiapoque (Fig.2) ainda requer conclusão, um assunto que tem sido um ponto de discussão recorrente nas reuniões das CMTs. No novo Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil (PAC), lançado em agosto de 2023, essa rodovia foi colocada como prioridade no governo brasileiro.

Segundo Oliveira Neto (2019), a construção de rodovias responde a uma variedade de interesses e, uma vez implementadas, essas vias podem moldar processos espaciais de várias maneiras. Elas acolhem diversas formas, funções, conteúdos e estruturas, inseridos por uma série de atores, como o Estado e corporações, capazes de materializar grandes infraestruturas e mobilizar o deslocamento de informações, cargas, pessoas e capital.

As rodovias são vistas como uma ferramenta para facilitar a circulação entre locais, sendo essa circulação vista como uma integração física do território. Essa integração, para o Estado, num contexto de geopolítica clássica, implica em domínio territorial. A inserção dessas rodovias em uma parte do território brasileiro, especificamente na região da Amazônia

Legal, foi fundamentada em elementos dessa geopolítica clássica. Essa visão inspirou os militares brasileiros a desenvolver e implementar o projeto de integração física do território, uma iniciativa que vinha sendo gestada desde o período do Império.

Um tema persistente, discutido desde as primeiras reuniões das CMTs, é a construção da ponte binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. Os trabalhos técnicos para esta construção duraram vários anos até que, finalmente, em 2011, a obra foi concluída (fig. 3). No entanto, a implementação das instalações alfandegárias e da infraestrutura necessária para regular o comércio e a circulação internacional causaram um atraso significativo na abertura da ponte, que só ocorreu seis anos depois, em 2017. Antes deste ano, a circulação entre as margens era realizada exclusivamente pelo rio Oiapoque, através de embarcações pequenas, como catraias e balsas. O impacto imediato da abertura da ponte para os ribeirinhos de lá pode ser visto em Cornou (2018).

Figura 3 - Ponte binacional sobre o rio Oiapoque



Fonte: Autor, 2022

As pontes binacionais bem articuladas são fundamentais para o avanço comercial. Nesse sentido, tais obras emergem como componentes estratégicos, impulsionando a facilitação comercial entre o Brasil e seus parceiros vizinhos. Essas estruturas representam um pilar crucial para a logística do comércio internacional, ao ligar diretamente dois países (especialmente em cidades que antes dependiam do transporte fluvial), reduzirem custos e facilitarem a circulação de bens.

Para além de sua função de via de transporte, as pontes binacionais também possuem importante função geopolítica, em razão de aproximarem espaços onde vigoram culturas e regimes jurídicos distintos. Conforme Newman e Paasi (1998) destacam, fronteiras transcendem a mera representação física que divide Estados nacionais; são, na verdade,

construções sociais que moldam as relações geopolíticas. Dessa forma, a edificação de uma ponte binacional é um indicativo de um relacionamento geopolítico favorável, demonstrando um compromisso com a cooperação e o comércio.

O terceiro tema recorrente nas reuniões das CMTs diz respeito à circulação aérea entre três cidades cruciais: Caiena, Macapá e Belém (fig. 1). A intenção em volta desse tema é o interesse em fortalecer a conexão entre a América do Sul, o Caribe e a Europa. Ao longo dos últimos vinte e seis anos, período em que ocorreram doze CMTs, algumas empresas de aviação ofereceram rotas abrangendo essas cidades, embora atualmente tal rota esteja indisponível.

No âmbito da segunda CMT (ADAP, 1999), houve um enfoque no transporte marítimo e fluvial, com o objetivo de ampliar a conexão entre Caiena, Saint-Georges e Macapá por meio da circulação fluvio-marinha. Contudo, apesar de o tema ter sido discutido em várias outras CMTs, a conclusão da pavimentação da RN2, em 2003, e a abertura da ponte binacional Amapá-Guiana Francesa, em 2017, alteraram a relevância desta discussão, removendo-a da pauta de propostas subsequentes.

Sob uma ótica mais abrangente, essas questões ressaltam a importância de pensar na mobilidade e nas conexões de transporte de maneira multifacetada, levando em consideração não apenas o transporte terrestre, mas também as vias aéreas e fluviais. Este panorama torna-se especialmente relevante quando consideramos o potencial de tais rotas para reforçar as conexões econômicas, políticas e culturais entre a América do Sul, o Caribe e a Europa. No contexto de um mundo cada vez mais interconectado, é fundamental que as políticas de transporte reconheçam e se adaptem a esta realidade, estabelecendo as ligações necessárias para facilitar o movimento de pessoas e bens entre essas regiões.

Outro elemento que ganhou relevância na agenda das CMTs foi a **Carta de Circulação Transfronteiriça** (ver fig. 4). Implementada em 2015, com uma validade de dois anos, sua aplicação ficou restrita à bacia do rio Oiapoque. Até 2019, dos 1100 pedidos registrados, 760 cartões de circulação foram emitidos para brasileiros, enquanto apenas 6 foram concedidos para franceses (ADAP, 2019). A partir da quarta edição da CMT (ADAP, 2008), foram discutidos mecanismos para facilitar a concessão de vistos para a Guiana Francesa, medida que daria possibilidade aos brasileiros se deslocarem para importantes cidades da Guiana Francesa como Cayenne, Kourou e Saint Laurent du Maroni, já que a carta atual concede autorização para circulação apenas na zona de fronteira. No entanto, após doze edições da comissão mista, poucas mudanças ocorreram na entrada de brasileiros naquela

coletividade territorial francesa, seja para fins de pesquisa, atividades comerciais ou qualquer outra necessidade.

A flexibilização dos mecanismos de circulação transfronteiriça tem um impacto direto no fortalecimento das relações econômicas e sociais entre os países vizinhos. É importante considerar que o processo de facilitação da mobilidade nas zonas de fronteiras, se bem planejado e implementado, pode levar a uma maior integração regional, fortalecimento do comércio e da CT, proporcionando benefícios mútuos para todos os envolvidos.

Figura 4 – Modelo de carta de circulação transfronteiriça



Fonte: Autor, 2023

Na sexta edição da CMT (ADAP, 2010), foi adicionada uma nova questão à agenda: a **implementação deserviços postais** para correspondências de até 500g. Infelizmente, essa proposta ainda não se concretizou. A comunicação postal entre a Guiana Francesa e o Amapá apresenta uma duração excessivamente longa, considerando que a correspondência precisa passar por Paris e São Paulo, mesmo com a fronteira compartilhada.

Na nona edição da CMT (ADAP, 2010), e com a ponte binacional já aberta para circulação, o desafio passou a ser discutir o que e como poderia circular entre ambos os lados da fronteira, seja em termos de mercadorias ou de pessoas. As partes concordaram com o objetivo de estabelecer uma linha regular de transporte de passageiros no trecho de Macapá a Caiena. No entanto, esse plano ainda não foi implementado. Uma das barreiras para a circulação de veículos brasileiros é a exigência de seguro para a entrada dos mesmos no território francês.

Essas discussões refletem os desafios persistentes em tornar as conexões transfronteiriças mais eficientes e acessíveis. Elas destacam a necessidade de políticas coordenadas e comprometidas que possam superar as barreiras existentes e promover uma maior integração na zona de fronteira. Com medidas adequadas, as questões de comunicação postal e transporte podem ser resolvidas, beneficiando tanto a Guiana Francesa quanto o Amapá.

Infraestrutura energética

Um dos interesses expressos nas reuniões das CMTs foi a promoção da integração energética na zona fronteira, por meio do estímulo ao estabelecimento de parcerias diretas entre as empresas locais de geração de energia. Foi consensual a necessidade de encorajar um estudo conjunto para a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no lado brasileiro do rio Oiapoque, buscando financiamento externo para o projeto. Esse tópico manteve-se presente em todas as reuniões das comissões mistas e hoje, em 2023, as obras estão em estágio avançado, sendo financiadas e fiscalizadas pelo Ministério Público Federal do Brasil, com sua conclusão iminente. É importante notar que a operação desta PCH será voltada exclusivamente para atender à demanda energética brasileira, plano este diferente do que havia sido preconizado no início de suas obras, quando a intenção era abastecer ambos os lados da fronteira.

Somente na décima CMT (ADAP, 2018) a parte francesa apresentou um projeto para a construção de uma central de biomassa em Saint-Georges, com uma capacidade de 3,18 MW, bem como uma serralheria nas proximidades. A capacidade energética dessas instalações poderá complementar o potencial instalado da usina hidrelétrica já existente naquela cidade. Essas iniciativas evidenciam um esforço de ambos os lados para uma integração energética sustentável e eficaz na zona de fronteira. A criação de infraestruturas de energia renovável, como a PCH e a central de biomassa, não só ajuda a atender às necessidades de energia locais, mas também contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região e para a redução da dependência de fontes de energia não renováveis.

Infraestrutura portuária

Na segunda CMT, ocorrida em 1999 (ADAP, 1999), foi realizada uma avaliação conjunta das condições operacionais dos portos de Santana, no Brasil, e de Degradès

Cannes, em Remire-Montjoly, na região da Grande Caiena. O objetivo era fomentar o intercâmbio comercial bilateral. A partir desse encontro, o porto brasileiro passou a ser considerado estratégico para a Guiana Francesa, fato que foi reafirmada na sexta edição da CMT.

Na décima CMT (ADAP, 2018), um estudo sobre a navegação de cabotagem entre os dois portos foi apresentado pela parte francesa, reforçando o interesse na integração portuária (ver fig. 1). Essa perspectiva sublinha a importância da infraestrutura portuária como um elemento crucial para a integração e o desenvolvimento regional. Os portos não são apenas pontos de transição para mercadorias, mas também são peças-chave na promoção do comércio bilateral, do crescimento econômico e da interação cultural.

A navegação de cabotagem, particularmente, pode potencializar a eficiência e a sustentabilidade do transporte de mercadorias entre os dois países, ao mesmo tempo em que reforça os laços econômicos e culturais entre eles. Ao colocar os portos como uma prioridade no PAC de 2023, o governo brasileiro demonstra uma visão estratégica para o futuro da infraestrutura nacional. Investir em portos, como os do Amapá, é um indicativo claro de que o Brasil reconhece a importância da cabotagem e da integração regional. Ao priorizar tais portos, o governo não apenas alavanca o potencial econômico da região Norte do país, mas também promove a descentralização da atividade portuária. Isso alivia a pressão sobre os principais portos do Sul e Sudeste.

Infraestrutura de comunicação

Durante a quarta edição da CMT, começou-se a debater a possibilidade de estender o cabeamento óptico a partir da Guiana Francesa até Macapá, visando permitir conexões de rede de banda larga. A iniciativa foi considerada fundamental para o funcionamento eficaz dos postos de controle de fronteira. Na reunião subsequente, o Governo do Amapá informou ter firmado uma carta de intenções com a empresa Oi em 2011, visando estabelecer uma ligação de fibra ótica entre Calçoene e Oiapoque (ADAP, 2011).

Na oitava CMT (ADAP, 2013), a parte francesa declarou que o projeto SPANY visava reduzir a dependência da Guiana Francesa em relação ao Cabo *Américas II*, que era, até então, o único cabo que servia aquele território francês. No entanto, na comissão seguinte, foram identificados problemas no sistema de cabeamento implementado pela empresa brasileira entre Calçoene e Macapá, problema que permanece sem solução até os dias atuais.

COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO

O comércio transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana Francesa, este último um território que opera sob as normas europeias, tem ganhado destaque nas discussões da CMT. No entanto, é evidente que a cooperação na zona de fronteira ainda é incipiente no contexto das políticas públicas baseadas em CT. Oiapoque, ao longo das décadas, consolidou-se como o coração pulsante de todo o comércio da bacia do rio Oiapoque. A influência da cidade é tal que a vasta maioria dos produtos que circulam na região se origina dela. Metrôpoles brasileiras como São Paulo e Fortaleza atuam como pólos vitais, fornecendo principalmente produtos eletrônicos e vestuário para os comerciantes da fronteira.

Contudo, essa dinâmica comercial enfrenta uma série de desafios. Um deles é a discrepância entre as normas europeias, que regulam a Guiana Francesa, e as normas brasileiras. Esta disparidade, por vezes, resulta em conflitos e ambiguidades na circulação de mercadorias. A força do euro, mais valorizado do que o real, frequentemente atrai os franceses para fazer compras no lado brasileiro. Esta vantagem econômica, aliada à ausência de uma fiscalização rigorosa, estimula um fluxo contínuo de comércio informal e, em alguns casos, até ilegal (SILVA, 2016).

É comum para a aduana francesa parar veículos franceses transportando comida brasileira, especialmente produtos como carne e calabresa, que são proibidos de circularem no território da Guiana Francesa. Isso ilustra o quão arraigadas são as práticas comerciais informais, mesmo diante de proibições claras. Por outro lado, o Brasil enfrenta seus próprios desafios, combatendo a importação de itens perigosos como medicamentos abortivos e armamentos. Assim, enquanto o comércio transfronteiriço oferece enormes oportunidades para a cooperação e crescimento econômico, ele também exige uma gestão cuidadosa e colaborativa para navegar pelas regulamentações divergentes e as realidades econômicas distintas de ambas as regiões.

Para a efetivação bem-sucedida do comércio transfronteiriço por uma ponte binacional, é imperativo que ambos os lados da fronteira estejam equipados com uma infraestrutura robusta, que inclua instalações aduaneiras modernas, postos de fiscalização, centros de controle de carga e descarga, instalações de armazenamento e conservação de produtos, sistemas eficientes de comunicação, vias de acesso bem mantidas e pontos de inspeção de segurança. Além disso, deve haver um sistema integrado de tecnologia da informação que permita a rastreabilidade de produtos e uma gestão eficaz do fluxo de veículos e pessoas.

Ambas as partes têm trabalhado para instalar tais equipamentos, embora tudo seja muito burocrático e lento. No lado brasileiro, apesar de ter havido atrasos significativos na implementação de alguns desses componentes, agora a infraestrutura mínima necessária já está em vigor. Entretanto, a partir de então o foco mudou para a formulação e ampliação de normas compartilhadas sobre o que pode entrar e sair por esta ponte. A complexidade das regulamentações e as diferenças entre as normas brasileiras e europeias exigem uma abordagem coordenada e colaborativa.

Além disso, outro ponto crucial é fortalecer o efetivo de segurança e fiscalização do lado brasileiro. Uma presença mais robusta ajudará a garantir que as normas e regulamentos sejam cumpridos, ao mesmo tempo que desestimula práticas comerciais ilegais e garante a segurança na fronteira.

Nas reuniões da CMT, uma ênfase considerável tem sido dada às normas e regulamentações que regem o comércio transfronteiriço entre o Brasil e a Guiana Francesa. A compatibilização destas normas é vista como um pilar fundamental para superar os desafios existentes e explorar plenamente o potencial econômico da região.

A realidade da Amazônia, com sua complexa teia de ecossistemas, culturas e economias, exige uma abordagem diferenciada. Ambos os lados da fronteira têm peculiaridades que devem ser reconhecidas e respeitadas. Por um lado, temos as normas europeias, que a Guiana Francesa, como departamento ultramarino da França, deve adotar. Estas normas, muitas vezes rigorosas, são projetadas para atender padrões europeus e nem sempre levam em consideração as especificidades da realidade amazônica. Por outro lado, as normas brasileiras, enquanto tentam proteger e promover os interesses locais, às vezes podem não estar alinhadas com os padrões internacionais, criando barreiras não-tarifárias.

A harmonização dessas normas é, portanto, essencial. Não se trata apenas de criar um ambiente mais propício ao comércio, mas de reconhecer e valorizar as peculiaridades de cada lado da fronteira. A flexibilização de algumas destas normas, sem comprometer padrões de qualidade ou segurança, pode ser uma solução. Por exemplo, produtos agrícolas tradicionais como o açaí, que são uma parte integral da dieta e cultura da região, poderiam ser tratados com mais flexibilidade, levando em consideração práticas sustentáveis e tradicionais de produção.

MIGRAÇÃO

A migração transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Amapá representa uma plêiade complexa de questões, englobando desde interesses ambientais até questões humanitárias. Especialmente para os franceses, a migração é percebida sob o prisma do impacto ambiental provocado pelos garimpeiros que atuam ilegalmente no seu interior de maneira ilegal. Estes operadores frequentemente utilizam mercúrio em suas atividades, um metal pesado cuja liberação no meio ambiente tem efeitos devastadores para a biodiversidade e comunidades locais. Esse quadro alarmante foi, em grande medida, o catalisador para a primeira comissão bilateral franco-brasileira em 1983, uma medida que mais tarde se consolidou e se institucionalizou nos anos 90 a partir das CMTs.

A recorrência deste tema nas CMTs é um reflexo de sua gravidade e da urgência em se encontrar soluções. No entanto, os avanços parecem ser tímidos. Um exemplo disso é a "Casa do Migrante", um esforço inaugurado na sexta CMT. Embora represente uma tentativa louvável de oferecer apoio aos brasileiros que decidem deixar voluntariamente a atividade de garimpo na Guiana Francesa, essa iniciativa enfrentou desafios na efetividade de sua implementação.

Mais recentemente, um novo desafio surgiu. A fronteira, antes caracterizada pela migração predominante de brasileiros, agora é palco de um fluxo diversificado. Haitianos, venezuelanos, cubanos e indivíduos de diversas nações africanas e do Oriente Médio cruzam essa divisa. Muitos desses migrantes, após enfrentarem adversidades em suas terras natais, conseguem vistos humanitários no Brasil, um gesto de solidariedade em tempos de crises humanitárias (fig. 5). No entanto, essa política brasileira de concessão de vistos tem gerado apreensão na França, que, preocupada com o controle e gestão desses fluxos migratórios, expressou o desejo de que o Brasil reveja esta postura. Uma abordagem equilibrada e bilateral pode proporcionar soluções mais duradouras e justas para todos os envolvidos.

Figura 5 – Refugiados se concentrando na Praça Des Armandiers, em Caiena, Guiana Francesa



Fonte: Autor, 2023.

A peculiaridade da relação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Amapá reside não apenas na geografia ou nas dinâmicas migratórias, mas também na sua natureza única de cooperação "Norte-Sul". Enquanto a Guiana Francesa se posiciona como um território europeu, com todos os benefícios econômicos e regulatórios que isso implica, o Brasil representa uma economia em desenvolvimento, com desafios e oportunidades distintas.

A desigualdade socioeconômica entre os dois territórios amplifica a atração da Guiana Francesa como destino para migrantes em busca de melhores oportunidades de emprego. Os salários mais elevados e as leis trabalhistas mais favoráveis no território francês, em comparação com a realidade brasileira, criam um incentivo irresistível para muitos. No entanto, essa migração não se limita apenas à busca por trabalho formal; o garimpo ilegal de ouro na Guiana Francesa é uma atividade lucrativa que atrai numerosos brasileiros, apesar dos riscos associados.

Essa realidade exige uma abordagem multifacetada na CT. É vital que ambos os lados reconheçam e abordem as raízes das questões migratórias, em vez de simplesmente responder aos seus sintomas. O desafio do garimpo ilegal, por exemplo, não se resume apenas à questão da legalidade. Ele é sintomático de desigualdades socioeconômicas mais profundas, em que a falta de oportunidades no Brasil leva muitos a se arriscarem em territórios perigosos e desconhecidos.

Para tornar a cooperação mais efetiva, é crucial o reconhecimento da necessidade de abordagens holísticas. Isso envolve não apenas medidas punitivas ou defensivas, mas também a criação de oportunidades econômicas, melhorias na educação e na infraestrutura, e a promoção de um entendimento mútuo e respeitoso entre as populações de ambos os lados da fronteira.

SEGURANÇA INTERNACIONAL

A segurança internacional, especialmente no contexto do combate ao crime organizado e ao narcotráfico, tem sido um ponto de inflexão nas comissões mistas. Durante a terceira CMT (ADAP, 2002), ficou evidente que os desafios de segurança que permeiam a fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa não poderiam ser tratados isoladamente. Para uma CT eficaz, é crucial que ambas as nações abordem esses desafios de maneira conjunta e estratégica. A interdependência entre os países vizinhos exige uma resposta coletiva para enfrentar os grupos criminosos que exploram as vulnerabilidades inerentes a espaços fronteiriços, especialmente em zonas tão intrincadas como a Amazônia.

Na sequência, na quarta CMT (ADAP, 2008), a pauta se expandiu, refletindo uma compreensão mais profunda das intrincadas redes de atividades ilícitas na região. A emergente preocupação com o comércio ilícito de embarcações pesqueiras e os persistentes desafios da mineração ilegal não são apenas uma ameaça à estabilidade econômica e social, mas também representam uma barreira significativa à CT bem-sucedida. Essas atividades ilícitas impactam diretamente o meio ambiente, as comunidades locais e, conseqüentemente, a integridade da cooperação bilateral. Reconhecendo a necessidade de uma ação mais robusta e coordenada, os dois países decidiram fundar o Centro de Cooperação Policial Transfronteiriça (CCP), visualizando-o como um instrumento fundamental para fortalecer a aliança bilateral.

A inauguração do CCP em 2010, discutida na sexta CMT (ADAP, 2010), representou um marco no compromisso entre Brasil e França na luta contra ameaças de segurança que afetam a região transfronteiriça. Sendo estrategicamente posicionado no território francês, o CCP tornou-se uma instância de troca de informações e estratégias. Com a inclusão da Polícia Federal brasileira e, mais recentemente, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em 2023, o centro se consolidou como uma referência na cooperação transfronteiriça no âmbito da segurança. Esse esforço conjunto demonstra a intenção de ambos os países de abordar, de maneira integrada, a complexa teia de desafios de segurança na região.

Em uma perspectiva ainda mais ampla, a recente CMT (SEC REL INT, 2023) trouxe à tona a discussão sobre a necessidade de uma representação mais diversificada dentro do CCP. A sugestão de inclusão de representantes das polícias Militar e Civil do Amapá reforça a ideia de que uma CT verdadeiramente eficaz exige uma abordagem multidisciplinar e holística. Se essa proposta for implementada em 2024, marcará uma nova era de comprometimento e colaboração na proteção e prosperidade da região de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa.

O fenômeno do tráfico de drogas na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa é emblemático e ilustra a necessidade imperativa de uma CT mais robusta. Drogas como crack, cocaína e maconha não apenas permeiam as ruas e comunidades da bacia do Oiapoque, mas se tornaram, infelizmente, commodities lucrativas para as redes criminosas. O crack, em particular, tem causado alarmantes consequências sociais e de saúde pública. Seu consumo devastador e seu baixo custo atraem uma vasta gama de usuários, de diversas faixas etárias e classes sociais, tornando o combate ao seu tráfico ainda mais premente.

O cenário é agravado pelo intrincado jogo de oferta e demanda, onde a existência de uma clientela disposta a consumir essas drogas se combina com redes de tráfico bem estabelecidas e capazes de explorar as vulnerabilidades da zona fronteiriça. Esta situação é ainda mais complexa, considerando-se a vastidão e a diversidade geográfica da região amazônica, que muitas vezes facilita operações clandestinas e torna a fiscalização uma tarefa hercúlea.

Paralelamente ao tráfico de drogas, a venda ilegal de armas tem sido uma constante fonte de preocupação. O tráfico de armas fortalece grupos criminosos, dando-lhes poder de fogo e capacidade para confrontar as forças de segurança, assim como para promover a violência entre facções rivais. A circulação dessas armas, muitas vezes de alto calibre, contribui para o aumento da criminalidade e da violência na região, complicando ainda mais os esforços para estabilizar e proteger as comunidades locais.

Neste contexto, a CT se destaca não apenas como uma estratégia, mas como uma necessidade vital. Os esforços isolados de cada país para combater essas ameaças podem atingir sucessos pontuais, mas é apenas através de uma abordagem conjunta, integrada e estratégica que se poderá conter e, eventualmente, reverter as influências nefastas dessas atividades ilícitas.

Esta colaboração não só exige o compartilhamento de informações de inteligência e a realização de operações conjuntas, mas também a harmonização de políticas e legislações, assim como a capacitação e formação conjunta de equipes de segurança e forças policiais. A fronteira entre Amapá e Guiana Francesa, sendo um reflexo de desafios globais em um contexto local, necessita de uma visão compartilhada e de uma determinação conjunta para garantir um futuro mais seguro e promissor para suas comunidades.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A inserção da Ciência, Tecnologia & Informação (CT & I) na agenda da terceira CMT (ADAP, 2002) foi um marco significativo para o desenvolvimento de colaborações transfronteiriças no âmbito da pesquisa e da inovação. Os temas abordados sob essa bandeira são extensos e abrangentes, refletindo a riqueza e diversidade da região amazônica. Eles englobam desde a valorização de produtos típicos da Amazônia e o potencial das energias renováveis até os estudos detalhados dos complexos ecossistemas amazônicos, com extensões para a saúde, ciências humanas e sociais.

Apesar de o tema CT & I não ter recebido a atenção proeminente que merece nas discussões das comissões, a realidade prática demonstra uma colaboração intensa e proveitosa entre as partes. Laboratórios de ponta e renomados grupos de pesquisa de ambos os lados da fronteira têm estabelecido sólidas parcerias, intercâmbios e compartilhamento de dados, consolidando uma rede de cooperação científica que beneficia ambos.

Uma iniciativa emblemática nesse contexto é o Programa Operacional Amazônia (POAmazônia). Iniciado como uma plataforma de cooperação, ele posteriormente se transformou e alargou seus horizontes, dando origem ao Plano de Cooperação Interreg Amazônia (PCIA). Este plano tem proporcionado uma série de oportunidades e benefícios para pesquisadores, instituições acadêmicas e comunidades, garantindo a otimização de recursos e a realização de pesquisas conjuntas de alto impacto.

O Observatório Homem-Meio Ambiente da Guiana Francesa (OHM-Oyapock) é outra entidade de destaque, financiando e apoiando diversos estudos na intersecção entre as ciências humanas, ambientais e sociais. Em um contexto acadêmico, o Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá (PPGEF-UNIFAP) tem se consolidado como um polo de excelência em pesquisas que abordam as especificidades e desafios das regiões de fronteira.

A colaboração na área de saúde é especialmente relevante, dada a necessidade de abordagens integradas e compartilhadas para lidar com doenças endêmicas, surtos e questões de saúde pública que afetam as populações de ambos os lados. Todas essas iniciativas, em conjunto, reforçam a ideia de que a CT & I é um pilar fundamental para o avanço e a consolidação das CMTs. Os resultados dessas colaborações não apenas elevam o status da ciência regional, mas também têm o potencial de trazer soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios da região amazônica.

SAÚDE

A saúde, sendo fundamental para a qualidade de vida das populações, tem sua importância incontestável nas interações transfronteiriças. Surpreendentemente, embora tenha sido uma preocupação latente nas relações entre os países, somente foi destacada como um tema central durante a quarta edição das CMTs (ADAP, 2008). A partir desse momento, os países envolvidos reconheceram a urgência de uma cooperação estreita nesta esfera.

Na referida edição, os diálogos focaram em otimizar a resposta a situações médicas de urgência, particularmente através da efetivação e integração do Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU). Com a proximidade geográfica e as circunstâncias únicas das zonas fronteiriças, tornou-se evidente a necessidade de um serviço mais ágil e eficiente que pudesse atender prontamente em ambos os lados da fronteira.

O combate e controle de endemias, como a malária, que historicamente têm desafiado a região, também foram alvo de discussões intensivas. A incidência dessas doenças não só representa uma ameaça à saúde pública, mas também repercute na economia, produtividade e bem-estar geral da população.

Foi evidenciado, nas CMTs subsequentes, o objetivo primordial de robustecer os sistemas de saúde de forma integrada. Com a zona fronteiriça abrigando uma população significativa e vulnerável, a cooperação tornou-se vital. As estratégias traçadas perpassam diversas vertentes da saúde: da vigilância epidemiológica à sanitária, do aprimoramento dos serviços médicos especializados ao combate de endemias e outras doenças transmissíveis que incluem, mas não se limitam a, HIV, dengue e malária.

A abordagem holística adotada nas CMTs também se manifestou no reconhecimento dos desafios de saúde mental enfrentados pelos habitantes da região. A iniciativa brasileira de incluir tópicos como depressão, alcoolismo, consumo de drogas e prevenção do suicídio na agenda ressalta a profundidade e amplitude da visão compartilhada de saúde.

Na última CMT, a ressonância do tema saúde foi inegável, e o compromisso dos países em fortalecer a colaboração mútua nesta esfera foi solidamente reafirmado. A saúde transfronteiriça não é apenas uma questão de tratamento e prevenção, mas um símbolo de solidariedade, compreensão e esforço conjunto para garantir um futuro mais saudável e promissor para todos os habitantes da região

MEIO AMBIENTE

A questão ambiental nas relações transfronteiriças entre a França e o Brasil sempre foi de crucial importância, e as CMTs têm sido palco para discussões e decisões estratégicas sobre o tema. Quando abordamos a proteção da biodiversidade, particularmente em uma região tão rica e diversa quanto a Amazônia, as conversações adquirem uma relevância global. A quarta CMT (ADAP, 2008) marcou um importante passo nesse sentido, com a cooperação entre os parques nacionais de ambos os países tornando-se um foco central. Em uma época em que as mudanças climáticas são uma das principais preocupações globais, a gestão e proteção de áreas florestais são essenciais, não apenas para a região, mas para o equilíbrio ecológico do planeta.

A descoberta de reservas de hidrocarbonetos na Guiana Francesa, trazida à luz na sexta CMT (ADAP, 2010), adicionou uma camada complexa às discussões. A necessidade de balancear a exploração de recursos naturais com a preservação ambiental tornou-se evidente. O acordo para compartilhar informações sobre os programas de exploração foi uma medida estratégica que procurava garantir a proteção do ambiente marinho contra potenciais danos. Esse compromisso ilustra o reconhecimento de que os impactos ambientais transcendem fronteiras nacionais, necessitando, portanto, de ações conjuntas e estratégias alinhadas.

Em 2018, durante a décima CMT, houve um avanço significativo ao se estabelecer um plano para a redução de hidrocarbonetos poluentes, evidenciando a crescente consciência sobre os impactos ambientais desses compostos. A menção pela delegação francesa sobre as negociações do Memorando de Entendimento proposto pelo Brasil mostra a urgência e a importância da colaboração na gestão de potenciais derramamentos de petróleo, um risco ambiental grave e de amplas repercussões.

O progresso percebido anteriormente não se manifestou na CMT de 2023, mesmo com a Petrobras mostrando interesse ativo na exploração marítima próxima à fronteira. A decisão do IBAMA de suspender a permissão de exploração aponta para um cenário onde as preocupações ambientais se sobrepõem ao potencial econômico. É essencial que, nas futuras CMTs, haja uma avaliação contínua e equilibrada entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, garantindo a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

OUTRAS TEMÁTICAS

Esporte e cultura se tornaram pilares importantes para promover a união e a cooperação entre as populações de ambos os lados da fronteira. Eventos esportivos e culturais conjuntos têm sido organizados para celebrar a rica herança cultural e histórica compartilhada entre o Brasil e a Guiana Francesa. Estes eventos não apenas fortalecem os laços comunitários, mas também têm potencial turístico, beneficiando as economias locais.

A cooperação judiciária é outro aspecto fundamental, principalmente para lidar com questões relacionadas à migração, crimes transfronteiriços e outros desafios legais que possam surgir. A colaboração neste setor visa a criação de mecanismos legais mais ágeis e eficientes para solucionar disputas e promover a justiça de maneira integrada. Todos esses temas, quando observados em conjunto, demonstram a complexidade e a riqueza da CT entre Brasil e Guiana Francesa. Cada edição da CMT reflete não apenas as necessidades imediatas de ambos os lados, mas também a visão de um futuro compartilhado de progresso, paz e prosperidade.

A colaboração entre Brasil e Guiana Francesa em termos de socorro de emergência (fig. 6) reflete a profundidade e a amplitude dos laços bilaterais estabelecidos ao longo dos anos. A assinatura do acordo de assistência e emergência durante a oitava CMT foi um passo crucial para garantir uma ação coordenada entre as duas nações em situações críticas. Através desse acordo, as autoridades conseguiram eliminar barreiras burocráticas que, anteriormente, poderiam atrasar ou impedir a resposta efetiva em emergências. Isso é particularmente importante em zonas de fronteira, onde a proximidade geográfica demanda uma colaboração ágil e eficaz.

Figura 6 – Cooperação entre os bombeiros do Amapá e da Guiana Francesa



Legenda: Simulação internacional de socorro a vítimas na Guiana Francesa, em 2022.

Fonte: Corpo de Bombeiros do Amapá.

No âmbito da educação, um tema que abrange capacitação e formação, houve uma ênfase particular em promover intercâmbios educacionais e desenvolvimento de competências bilíngues para melhor integração entre as comunidades fronteiriças. O estímulo à fluência em português e francês fortalece os laços culturais, econômicos e sociais na zona de fronteira. Instituições educacionais de ambos os lados têm trabalhado para estabelecer programas e parcerias que possam facilitar essa troca de conhecimentos e experiências.

Desde a II CMT, quando a educação foi introduzida na agenda, houve uma progressiva consciência da importância do ensino bilíngue na zona de fronteira. A formação de professores capacitados para ensinar tanto o português quanto o francês, e a elaboração de materiais didáticos específicos, como aqueles propostos na terceira CMT, evidenciam o comprometimento das partes em criar uma população bilíngue.

A ideia de promover centros de avaliação de competências linguísticas, como o CELPE-BRAS, e a validação de professores de português na Guiana Francesa, traz à tona o reconhecimento mútuo das qualificações educacionais. Isso não apenas promove a língua e a cultura, mas também facilita a mobilidade profissional e acadêmica entre os dois territórios.

Além disso, a inauguração do Centro Cultural Franco Amapaense em Macapá (fig. 7) é uma manifestação tangível dessa cooperação no campo cultural e linguístico. Embora a extensão do Instituto de Línguas Danielle Miterrand em Oiapoque ainda esteja pendente, a

simples discussão dessa proposta indica o interesse contínuo em fortalecer as relações bilaterais em termos de educação e cultura.

Figura 7 - Centro Cultural Franco Amapaense



Fonte: Arquivo do Governo do estado do Amapá.

O turismo, particularmente o ecoturismo, é vital para o progresso econômico das regiões fronteiriças. Contudo, dar vida a iniciativas turísticas requer um planejamento integrado, abrangendo desde uma infraestrutura bem pensada até o treinamento adequado de profissionais, regulamentações e planejamento estratégico. As discussões nas CMTs, embora ainda não tenham resultado em muitas ações práticas, evidenciam a relevância do turismo e podem guiar estratégias futuras.

Desde a primeira CMT em 1997, o turismo foi reconhecido não só como um propulsor da economia local, mas também como uma ponte para o intercâmbio cultural entre turistas e comunidades locais. As CMTs subsequentes buscaram maneiras de estimular um turismo sustentável, propondo, por exemplo, a criação de rotas turísticas e programas educativos em hospitalidade. O acordo de 2011 entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Cooperação Francesa reforça essa visão, com ênfase no desenvolvimento conjunto de rotas turísticas. Assim, percebe-se que o turismo não só energiza a economia da região, mas também potencializa interações culturais e protege o meio ambiente, alinhando-se ao ideal de sustentabilidade.

A cooperação judiciária tornou-se um tema central nas discussões das CMTs, evidenciando a necessidade de alinhamento entre os sistemas judiciários brasileiro e francês. Esta colaboração visa garantir justiça e respeitar os direitos humanos na zona fronteiriça, abrangendo desde assistência mútua em casos criminais até questões de imigração.

No cerne dessa cooperação bilateral está o compartilhamento de informações e o fortalecimento mútuo dos sistemas judiciais, visando uma atuação mais eficaz e eficiente, particularmente no combate a crimes como o garimpo ilegal. Ao longo das edições da CMT, diferentes acordos de cooperação foram estabelecidos. Em 2002, um acordo abordou questões civis, comerciais, trabalhistas e administrativas, estabelecendo bases sólidas para a colaboração judiciária entre os países. Já em 2013, um enfoque foi dado à cooperação penal, crucial para tratar de crimes transnacionais, resguardando assim a segurança e justiça da região.

A criação do "Conselho do Rio", na quinta CMT em 2012, representou um marco significativo na integração e participação ativa de atores locais nas decisões relativas à zona fronteiriça. Este conselho não é apenas um espaço de diálogo, mas uma plataforma de cooperação que busca tratar de questões essenciais para o bem-estar das comunidades, abrangendo temas desde a proteção ambiental até questões culturais.

A inauguração da ponte entre o Amapá e a Guiana Francesa simbolizou uma mudança substancial na zona de fronteira. Não é apenas uma obra de infraestrutura, mas uma ponte que conecta culturas, economias e desafios comuns. Dada esta nova realidade, a relevância e função do "Conselho do Rio Oiapoque" torna-se ainda mais crítica. A dinâmica regional se transforma, com desafios que requerem soluções inovadoras e oportunidades que podem ser exploradas para o benefício mútuo das comunidades.

Por isso, é imperativo que o conselho adapte-se a essa nova realidade. Precisa ser um órgão dinâmico, capaz de revisitar e ajustar suas estratégias conforme as necessidades emergentes da região. Isso garante que sua atuação continue a ser relevante, efetiva e em sintonia com as aspirações e preocupações das comunidades locais. Em última análise, o objetivo é que o conselho não só aborde as mudanças trazidas pela nova infraestrutura, mas que também atue proativamente, antecipando desafios e potencializando oportunidades para um desenvolvimento harmonioso e sustentável da região.

CONCLUSÃO

A CT sempre ocupou um lugar especial no campo da diplomacia internacional. Ela é um microcosmo que reflete as complexidades, os desafios e as oportunidades que surgem quando as nações compartilham fronteiras, e representa as nuances das relações geopolíticas e as implicações de se viver em um mundo globalizado. Em um mundo onde os desafios como as mudanças climáticas, as crises econômicas e as pandemias ultrapassam fronteiras, a CT se torna não só desejável, mas crucial.

Quando focalizamos na região amazônica, essa cooperação assume contornos ainda mais específicos e vitais. A Amazônia, com sua biodiversidade ímpar, recursos hídricos e papel vital na regulação climática global, não é apenas um ativo para os países que a compartilham, mas para o mundo inteiro. Assim, a cooperação entre Brasil e França neste contexto vai além das meras relações bilaterais; ela afeta, direta e indiretamente, a vida de bilhões em todo o planeta.

Enquanto as CMTs são elogiadas por serem veículos poderosos para a CT, é fundamental reconhecer que nem sempre elas são isentas de críticas. Se por um lado fornecem plataformas robustas para discussões, por outro, há o risco de que tais discussões se limitem a círculos diplomáticos, sem engajamento suficiente das comunidades locais, que são as mais afetadas pelas decisões tomadas.

Além disso, em zonas de fronteira, especialmente aquelas ricas em recursos como a Amazônia, a CT pode muitas vezes ser vista através de lentes de neocolonialismo, onde nações mais poderosas tentam ditar os termos de cooperação ou explorar recursos de maneira desigual. A gestão de recursos compartilhados precisa ser feita de forma justa e equitativa, com ênfase na sustentabilidade e na preservação, em vez de apenas na extração e no lucro.

Outra reflexão crítica é sobre a velocidade da implementação das decisões das CMTs. Embora estas comissões possam chegar a acordos e consensos sobre vários temas, a verdadeira medida do sucesso está em como esses acordos são rapidamente traduzidos em ações concretas no terreno. No contexto amazônico, é essencial que a CT também priorize e respeite os direitos e sabedorias dos povos indígenas, que têm sido os guardiões da floresta há gerações.

Em suma, enquanto a CT é indiscutivelmente fundamental, é essencial que seja realizada de forma crítica, reflexiva e inclusiva, garantindo que beneficie não apenas os interesses nacionais, mas também as comunidades locais, a biodiversidade e o planeta como

um todo. Em um mundo interdependente, a cooperação não é apenas uma escolha diplomática, mas uma necessidade global.

REFERÊNCIAS

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 1997.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 1999.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2002.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2008.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2009.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2010

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2011.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2013.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2015.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2018.

ADAP (Agência de Desenvolvimento do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2019.

BENEDETTI, A. Claves para pensar lasfronteras desde una perspectiva geográfica. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 22, n. 2, p. 309–328, 2018.

BIATO, M. F. The Ecuador-Peru Peace Process. **Contexto Internacional**, v. 38, n. 2, p. 621–641, 2016.

BLATTER, J. Explaining-Crossborder-Cooperation.pdf. **Journal of borde**, v. 1; 2, n. Spring and Fall, 1997.

BRUNET-JAILLY, E. Theorizing borders: An interdisciplinary perspective. **Geopolitics**, v. 10, n. 4, p. 633–649, 2005.

BUSSI Michel (org.). **Um monde en recomposition, géographie des coopérations territoriales**. Rouen : Publications des universités de Rouen et du Havre, 2009.

CORNOU, A. **Etude préfiguratrice Observatoire International dès Transports de l'Oyapock, Rapport Final**. Caiena: Labex DRIIHM/DEAL/LEEISA, 2018.

FAGUNDES, H. S. et al. Saúde na linha de fronteira Brasil-Uruguai: pactos e protagonismos dos atores locais. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 293–304, 2018.

FOUCHER, M. **L'obsession des frontières**. 3. ed. Paris: Tempus Perrin, 2012.

FOUCHER, M. La réaffirmation des frontières: Vers une nouvelle régionalisation du monde ? In: MONTBRIAL, T. (ED) (Ed.). . **Ramsès 2022. Au-delà du Covid**. Paris: Dunod, Hors collection, 2021.

FOUCHER, M. **Le retour des frontières**. CNRS Éditions (Débats), 2016.

GADDIS, J. L. **The Cold War: A New History**. New York: Penguin Press, 2005.

GRANGER Stéphane. Guiana francesa: entre França, Caribe e América do Sul. In: Wagner Iglecias, Lourdes Regueiro Bello e Júlio César Suzuki (org.), **Caribe, perspectivas e desafios contemporâneos**, EACH/USP, 2022, p. 267-287, 2022.

GRANGER, S.; SILVA, G. V. Les enjeux de la circulation sur l'Oyapock entre Guyane et Brésil, de son établissement comme frontière à la crise du coronavirus. **CONFINS (PARIS)**, 2021.

HAASS, R. N. **War of Necessity, War of Choice: A Memoir of Two Iraq Wars**. New York: Simon & Schuster, 2008. GOMES, M. D. S. M. et al. Malaria in the borders between Brazil and French Guiana: social and environmental health determinants and their influence on the permanence of the disease. **Saude e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 1–14, 2020.

HURTADO, L. M. De La Formación Socio- Espacial A La Formación Territorial.. Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la formación y transformación de territorios en zonas de frontera. **Revista da Anpege**, v. 16, n. 30, p. 307–321, 2020.

ISAACS, A. R. **Without Honor: Defeat in Vietnam and Cambodia**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

JANČZAK, J. Cross-border Governance in Central European Border Twin Towns. Between De-bordering and Re-bordering. **De-bordering, Re-bordering and Symbols on the European Boundaries**, v. 18, p. 37–52, 2011.

KOLOSSOV, V. Border studies: Changing perspectives and theoretical approaches. **Geopolitics**, v. 10, n. 4, p. 606–632, 2005.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis : an introduction to its methodology**. Los Angeles: SAGE, 2018.

MEDEIROS, E. et al. Reducing border barriers for cross-border commuters in Europe via the EU b-solutions initiative. **European Planning Studies**, v. 1, 2022.

MEDEIROS, E. J. R. **A Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha e Suécia-Noruega: Efeito Barreira e Impactos Territoriais do INTERREG-A**. [s.l.] Universidade de Lisboa, 2010.

MONTEIRO, L. C. DO R. et al. Brazilian Border Closures in Pandemic Times: A Comparative Approach to Four Regions. **Borders in Globalization Review**, v. 2, n. 1, p. 86–89, 2020.

NEWMAN, D. Borders and bordering: Towards an interdisciplinary dialogue. **Journal of Asian and African Studies**, v. 41, n. 3, p. 171–186, 2006.

NEWMAN, D.; PAASI, A. Fences and neighbours in the postmodern world: Boundary narratives in political geography. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 2, p. 186–207, 1998.

OLIVEIRA NETO, T. As rodovias na Amazônia: uma discussão geopolítica, *Revista Confins*, 501 | 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/21176>. Acesso em 04 de out 2023

PERKMANN, M.; SUM, N.-L. **Globalization, Regionalization and Cross-Border Regions**. International Political Economy Series book series (IPES), 2002.

PERKMANN, M.; SUM, N.-L. Globalization, Regionalization and Cross-Border Regions: Scales, Discourses and Governance. **International Political Economy Series**, v. 41, 2009.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Novos Usos do território amapaense: políticas públicas, desenvolvimento, ajustes especiais na fronteira da Amazonia Setentrional. **Unbral Fronteiras**, 2013.

SEC REL INT (Secretaria de Relações Internacionais do Governo do Amapá). **Relatório da Comissão Mista Transfronteiriça**. 2023.

SILVA, B. F.; SILVA, G. V. As rotas do tráfico de mulheres brasileiras através das fronteiras da região das Guianas e a interface com a atividade garimpeira. In: **Inês Maristela Ferrari, Inês Gusman, Edgar Aparecido da Costa e Rubén Camilo L. González. (Org.). Fronteira, território e ambiente: diálogos entre América Latina e Europa**. 1ª ed. ed. [s.l.] Cascavel: Edunioeste, 2020.

SILVA, G. V. **A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI**. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, G. V. France-Brazil Cross border cooperation strategies: Experiences and perspectives on Migration and trade. **Journal of Boardlands Studies**, p. 1–19, 2016.

SILVA, G. V.; GRANGER, S. Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016). **Geographia (UFF)**, v. 18, n. 38, p. 27–50, 2016.

SILVA, G. V.; GRANGER, S.; TOURNEAU, F. M. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). **MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE)**, v. 18, p. 1–14, 2019.

SILVA, G. V.; PEREIRA FILHO, C. C. GEOGRAFIA DA PESCA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: PADRÕES, PROBLEMAS E LOGÍSTICA EM OIAPOQUE-AMAPÁ. In: **In: FREIRE, M.R.; PINTO; D.J.A.; CHAVES, D. (Org.). Fronteiras Contemporâneas Comparadas: Relações Internacionais e Segurança Regional no Brasil e na União**

Europeia. 1ed. ed. Macapá-Rio de Janeiro: EDUNIFAP-AUTOGRAFIA, 2016. p. 1-.

VAN HAM, M. et al. **Urban Socio-Economic Segregation and Income Inequality: A Global Perspective.** [s.l: s.n.].

VAN HOUTUM, H. The geopolitics of borders and boundaries. **Geopolitics**, v. 10, n. 4, p. 672–679, 2005.

WALTERS, F. P. **A History of the League of Nations.** London: Oxford University Press, 1952.

WONG VILLANUEVA, J. L.; KIDOKORO, T.; SETA, F. A Governance Theory for Cross-Border Regions: Identifying Principles and Processes with Grounded Theory. **Journal of Borderlands Studies**, v. 0, n. 0, p. 1–24, 2021.

Artigo recebido em: 26 de maio de 2023.

Artigo aceito em: 30 de agosto de 2023.

Artigo publicado em: 01 de setembro de 2023.